



## **CARTA ABERTA AO GOVERNO E ÀS AUTARQUIAS CONTRA O EMPOBRECIMENTO**

### **Aumentar salários, valorizar as carreiras, revogar o Siadap, reforçar o Poder Local e os serviços públicos**

O Orçamento do Estado para 2022, recentemente aprovado, pouco se distingue da proposta chumbada em Outubro de 2021, o que significa que os graves problemas que há muito afectam os trabalhadores continuarão a arrastar-se e a aprofundar-se.

Desde logo, a perda acentuada e generalizada do poder de compra dos trabalhadores, incluindo os que tiveram a mísera actualização de 0,9% como é o caso da Administração Pública, perante uma inflação que registou em Junho uma variação homóloga de 8,7 %, e que as previsões, mesmo as mais optimistas, situam acima dos 4% para este ano.

Lembramos que o Governo PS, desrespeitou a promessa de aumento de 1% em 2021, impôs a continuação da perda de poder de compra pelo 13º ano consecutivo aos trabalhadores da Administração Pública que perderam em média 15,4% do seu poder de compra desde 2009, enquanto o subsídio de refeição subiu 50 cêntimos, e que 0,9% significou na base das carreiras, para os assistentes operacionais, €5,98/mês; para os assistentes técnicos, €6,33/mês e para os técnicos superiores, €10,85/mês, havendo trabalhadores com trinta e mais anos de serviço que continuam na base da carreira. Neste contexto, os anunciados aumentos nas carreiras técnicas não só não resolvem as injustiças como confirmam a justeza da necessidade de revisão da tabela remuneratória única.

E se para quem vive do seu trabalho, ou da sua reforma, a vida é sempre difícil, a realidade é que os últimos meses tornaram-se um autêntico pesadelo, com o deflagrar da guerra na Ucrânia, a imposição de sanções e o aproveitamento da situação por parte dos grandes grupos económicos que continuam a acumular lucros fabulosos.

É, pois, inaceitável que o Governo PS, ao mesmo tempo que apregoa a sua preocupação com a vida dos trabalhadores e das suas famílias, dos reformados e pensionistas, instigue o sector privado a aumentar 20 % o salário médio como factor indispensável ao desenvolvimento do País, continue a recusar uma actualização dos salários na Administração Pública, invocando que a mesma irá provocar uma “espiral inflacionista” com consequências nefastas para a economia, e mantenha a obsessão pela redução do défice, da dívida, em obediência às imposições da União Europeia, mesmo quando a regra que determina essa obrigação está congelada, com as consequências cada vez mais visíveis no funcionamento dos serviços públicos.

É inadmissível que o Governo PS continue a negar o direito a carreiras profissionais dignas, sem o que não é possível motivar e atrair trabalhadores.

É intolerável que o Governo PS mantenha o SIADAP, cuja promessa de revisão não chegou a ver a luz do dia, um instrumento penalizador que não visa avaliar, mas criar desigualdades, impedir a progressão e conter os salários.

É injustificável o que se verifica com a atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade, uma conquista dos trabalhadores, havendo autarquias que continuam sem o aplicar, apesar de terem trabalhadores que reúnem as condições para o seu recebimento, e outras que o fazem da forma mais negativa possível, restringindo ainda mais um suplemento que não contempla o risco laboral, que exclui muitas profissões, assim como as compensações pela prestação de trabalho prestado nestas condições, designadamente, a atribuição de mais dias de férias, a redução do horário de trabalho e da idade legal da reforma.

Tal como é injustificável a não regulamentação de outros suplementos, como o de isenção de horário e piquete.

É inaceitável o esbulho que permanece com a proibição da acumulação dos salários com as indemnizações devidas aos trabalhadores sinistrados com capacidade geral de ganho inferior a 30%, situação que abrange a esmagadora maioria dos trabalhadores nesta situação.

É a ausência condenável de medidas de combate ao flagelo da precariedade, cuja dimensão, após o PREVPAP, continua a aumentar, alimentada pelas mais diversas e perversas formas de aprofundar a exploração e trabalho sem direitos.

É a insistência num gravoso processo de transferência de competências para os municípios de funções sociais do Estado, sem estarem assegurados os meios humanos e financeiros indispensáveis, como o próprio governo foi forçado a admitir após a denúncia pelos municípios que continuam em grande número a recusar este caminho, e com os riscos que a municipalização de áreas estruturantes como a saúde, a educação, a segurança social comportam na garantia de acesso igualitário das populações.

É o desrespeito e o bloqueio à contratação colectiva tanto no sector público como no privado, enquanto se mantêm as normas gravosas da legislação laboral que agridem os trabalhadores e permitem acentuar a exploração laboral.

Tendo em conta os graves problemas elencados, e num momento de extraordinária dificuldade como aquele que atravessamos, é urgente alterar o rumo que tem vindo a ser seguido, mobilizar todos os meios e tomar as medidas que permitam a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Ad. Pública, de que se destacam:

- Aumento imediato de 90 euros para todos os trabalhadores;
- Aumento real dos salários, com um Salário Mínimo Nacional de 850 euros;
- Actualização do subsídio de refeição para 7,50 euros;
- Descongelamento efectivo das promoções e das progressões nas posições remuneratórias, abrangendo todas as carreiras e todas as categorias;

- Reposição das carreiras e conteúdos profissionais específicos tal como existiam antes da revogação operada pela Lei n.º 12-A/2008;
- Revogação do SIADAP e sua substituição por um sistema de avaliação sem quotas que valorize os trabalhadores, potenciando o desenvolvimento e a progressão profissionais;
- Correção da Tabela Remuneratória Única (TRU);
- Reposição do valor do pagamento das horas extraordinárias com acréscimo de 50 % na primeira hora e de 75 % nas seguintes, nos dias úteis, e de 100 % nos dias de descanso e reposição do descanso compensatório suplementar;
- Pagamento das indemnizações por reparação dos acidentes em serviço e doenças profissionais;
- Reposição dos 25 dias de férias e respectivas majorações, para todos os trabalhadores, independentemente do vínculo;
- Extensão do suplemento de insalubridade, penosidade e risco a todas as actividades em que as funções desempenhadas comportem uma sobrecarga funcional que potencie a probabilidade de lesão ou o risco agravado de lesão física ou degradação do estado de saúde;
- Regulamentação do suplemento de disponibilidade e isenção de horário;
- 35 horas, para todos, independentemente do vínculo;
- Reposição dos escalões de IRS existentes antes das alterações introduzidas com a entrada da troyka em Portugal, recuperando maior justiça fiscal e protegendo os rendimentos do trabalho;
- Pelo direito à Contratação Colectiva nas empresas municipais e concessionárias de serviços públicos;
- Erradicação de todas as formas de precariedade;
- Reposição da forma de cálculo das pensões e as condições gerais para aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade, salvaguardando regimes especiais consagrados com condições de acesso mais favoráveis;
- Preservação da ADSE como sistema público e a redução das contribuições para 1,5 por cento sobre 12 meses;
- Reversão do processo de descentralização em curso para as autarquias.

Estas são reivindicações justas e a sua concretização é essencial para responder aos problemas, para valorizar e dignificar os trabalhadores que todos os dias garantem a prestação de serviços públicos e querem servir cada vez melhor as populações.

Com confiança e determinação, prosseguiremos a luta pelo Poder Local Democrático e por serviços públicos de qualidade, por mais e melhores condições de trabalho, pelo aumento geral de salários, contra o empobrecimento !

Lisboa, 1 de Julho de 2022

A Direcção Nacional do STAL